

TRANSFORMAÇÕES SÓCIO TERRITORIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: A EXPERIÊNCIA DA PRODUÇÃO DO ARROZ ECOLÓGICO EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Michele Lindner¹

Rosa Maria Vieira Medeiros²

Resumo

A produção do arroz ecológico em assentamentos rurais na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) se apresenta como uma experiência inovadora tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental. Isso porque ao aderirem a essa nova prática produtiva as famílias agricultoras assentadas rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais. Assim, este artigo busca analisar como ocorreu o processo de transformação sócio territorial na RMPA e que impacto essas transformações estão tendo na vida dos agricultores assentados, agentes dessa transformação, levando em conta as dimensões: Ecológica; social; econômica; cultural; política; e ética.

Palavras – chave: Arroz ecológico, assentamentos rurais, sustentabilidade.

CHANGES AND REGIONAL PARTNER IN THE METROPOLITAN REGION OF PORTO ALEGRE: A RICE PRODUCTION EXPERIENCE ECOLOGICAL IN RURAL SETTLEMENTS

Abstract

The ecological rice production in rural settlements in the Porto Alegre Metropolitan Region (RMPA) constitutes an innovative experience as much in technological terms as in socio economic, cultural and environmental dimensions. This is due to the fact that by acquiring this new productive practice, the settled families break up with a system of agricultural production dependant of externs inputs, and also elaborate new socio spatial relations. Thus, this article seeks to analyse the apparition of the process of socio territorial transformation in the RMPA, and the impact of those transformations on the settled families, actors of this evolution, considering different dimensions: ecological, social, economical, cultural, political, and ethical.

Key - Words: Ecological rice, rural settlements, sustainability.

¹NEAG/UFRGS – Bolsista PNPd - Capes – michelindner@gmail.com.

²NEAG/UFRGS – rvmmedeiros@yahoo.com.br.

Introdução

Nos últimos anos a experiência da produção de arroz orgânico em assentamentos rurais na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) tem chamado a atenção de estudiosos do assunto, representantes de poderes públicos e da população tanto de espaços rurais quanto urbanos da região e do estado do Rio Grande do Sul. O Núcleo de Estudos Agrários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEAG – UFRGS) vem acompanhando essa experiência desde o ano de 2010 através do projeto “A cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamento da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS – Análise territorial e ambiental”, estudo pelo qual pode-se identificar importantes transformações sócio territoriais tanto nesta região, quanto em outras regiões do estado, as quais tem tomado a experiência como exemplo para implementação do plantio do arroz ecológico.

Sabe-se que a RMPA, economicamente caracterizada pela predominância de atividades urbanas ligadas aos setores secundário e terciário, apresenta um espaço rural amplo onde o destaque agrícola é para a produção de arroz. Esta produção tem participação importante na economia dos municípios além de ocupar uma área significativa de sua área rural. No entanto, os impactos ambientais decorrentes dessa atividade agrícola são em sua maioria avaliados como negativos e é justamente por essa razão que a produção de arroz ecológico dá uma nova dimensão a esses impactos.

Nesse contexto, a produção do arroz ecológico trata-se de uma experiência inovadora tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental. Isso porque ao aderirem a essa nova prática produtiva as famílias agricultoras rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais, engendrando significativas transformações territoriais e ambientais nos assentamentos.

A RMPA formada por 33 municípios registra a presença de assentamentos em oito de seus municípios, todos eles conquistados por famílias vinculadas ao Movimento Sem Terra – MST.

Os assentamentos se localizam nos municípios de Capela de Santana, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Montenegro, Nova Santa Rita, São

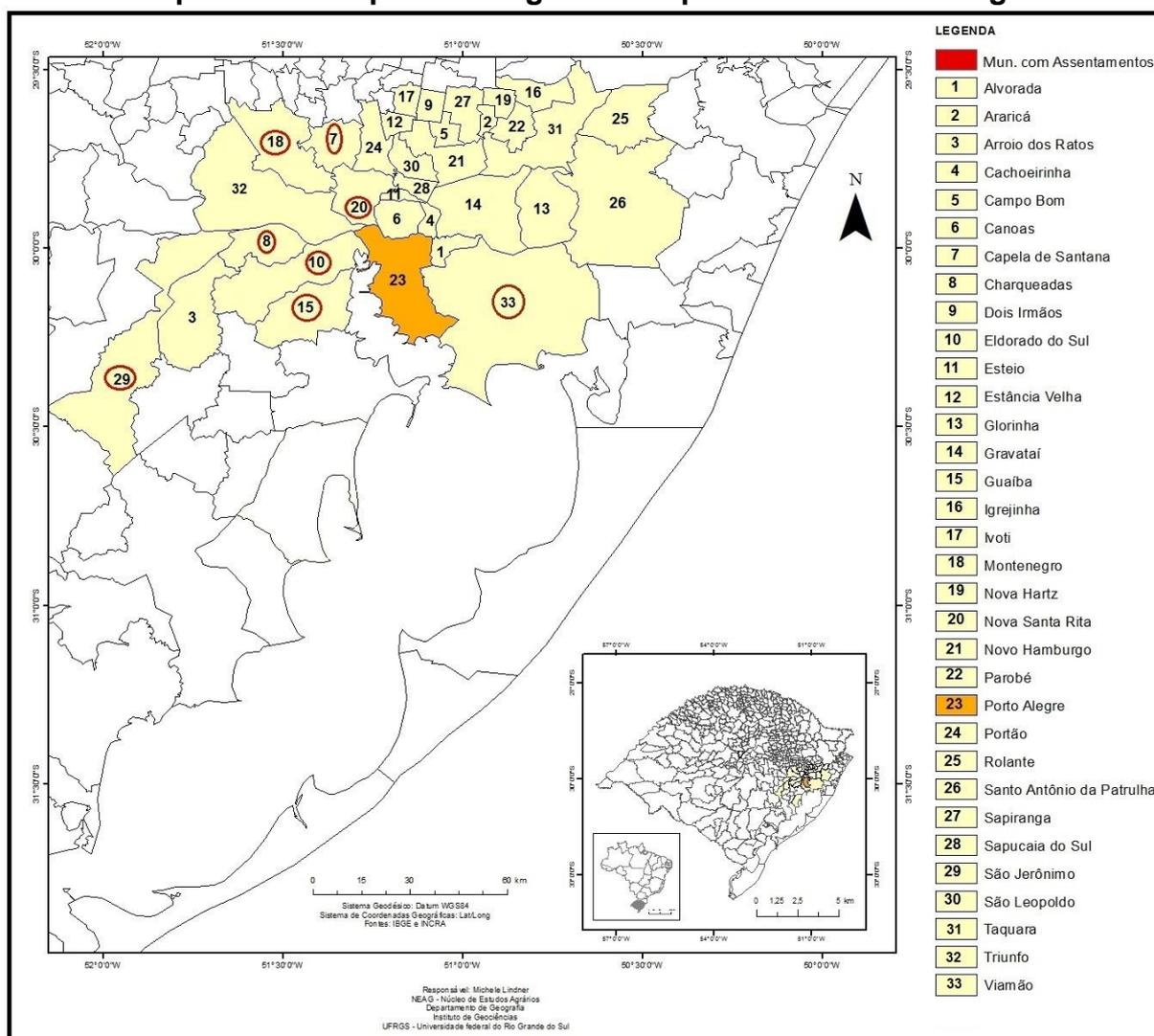
Jerônimo e Viamão (Mapa 1). A data de criação dos primeiros assentamentos corresponde a década de 1980, sendo que atualmente constituem um total de 17 assentamentos, com 1.172 famílias instaladas (INCRA, 2014).

A experiência com o arroz ecológico na RMPA teve início em 1999 quando foram cultivados 07 hectares de terra em dois assentamentos. Dez anos mais tarde, esta produção já contava com 211 famílias envolvidas, num total de 2 104 hectares de terra distribuídos em oito assentamentos, cuja produção chegou a cerca de 180 mil sacas de arroz. A safra de 2010/2011 já contou com a participação de 428 famílias assentadas produzindo o arroz ecológico na RMPA, em 3 881 hectares de terra de 11 assentamentos localizados em oito municípios. Atualmente aumentou o número de famílias engajadas na produção, embora a área tenha sido reduzida. A razão deste aumento de famílias está relacionada à construção de novas instalações nos assentamentos para o beneficiamento do arroz que vai desde a secagem até a embalagem do arroz à vácuo para comercialização.

A Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), sociedade cooperativa de prestação de serviços técnicos em áreas de reforma agrária, considera que esta cadeia produtiva do arroz ecológico se configura não só como a maior experiência de produção ecológica em área de assentamentos do Brasil, como também a maior experiência em produção ecológica de arroz da América Latina. Esta observação possibilita afirmar que é viável, sim, a produção orgânica em grandes áreas como a que acontece nos assentamentos da RMPA.

Nesse contexto, o artigo aqui busca analisar como ocorreu esse processo de transformação sócio territorial na RMPA e que impacto essas transformações estão tendo na vida dos agricultores assentados, agentes dessa transformação, levando em conta as dimensões: Ecológica; social; econômica; cultural; política; e ética, que orientam a promoção da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável segundo Caporal e Costabeber (2002). Para a análise, utilizou-se dados coletados em pesquisas de campo e entrevistas com os agricultores assentados, informações fornecidas pela COPTec e também informações retiradas de artigos e relatórios produzidos ao longo dos anos de desenvolvimento da pesquisa.

Mapa 1 – Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre



A produção de arroz ecológico na Região Metropolitana de Porto Alegre

A busca por alimentos saudáveis é uma realidade cada vez mais presente nos dias atuais. Essa nova orientação de consumo faz com que se multipliquem as experiências de produção devido a ampliação do mercado consumidor, tanto no que tange os consumidores particulares, quanto nos incentivos governamentais, como no caso da incorporação de alimentos orgânicos na merenda escolar.

De acordo com Medeiros et al (2013), em pouco mais de uma década, a área envolvida com a produção de arroz ecológico no estado do Rio Grande do Sul, passou de 07 hectares para mais de 3.400 hectares, e o número de famílias envolvidas com a produção passou de uma dezena para 339 famílias.

As motivações que levaram essas famílias a aderirem a produção ecológica, levam em conta tanto motivações econômicas quanto sociais. No que tange a questão econômica, buscou-se produzir com menores custos em um mercado onde a concorrência fosse menos capitalizada do que no mercado de arroz convencional (MEDEIROS et al, 2013). Medeiros et al (2013, p.12), explica que:

Isto porque, nos anos 2000, uma parcela significativa dessas famílias envolvidas com a produção do arroz convencional acumulava dívidas decorrentes dos altos custos de produção pelo uso de insumos externos, como agrotóxicos além dos baixos preços do arroz no mercado.

Na questão social, as famílias pioneiras na produção orgânica desejavam expandir esse tipo de produção, tanto pelas questões de saúde, como na busca dos consumidores de orgânicos na capital gaúcha e da RMPA, buscando assim também, maior credibilidade junto a sociedade local (MEDEIROS et al, 2013).

No ano de 2002, foi criado o “grupo gestor do arroz ecológico”, cuja meta além de reunir as famílias produtoras, foi promover a sistematização de dados, a troca de experiências entre os produtores, a negociação com instituições públicas e privadas, ampliando parcerias e buscando a ampliação do número de famílias assentadas envolvidas no cultivo ecológico do arroz irrigado (MENEGON et al, 2009).

A expansão da cadeia produtiva do arroz ecológico teve também o apoio do Estado, através do financiamento da construção de estruturas de armazenagem e beneficiamento, fundamentais para este crescimento da produção. Além disto, é importante destacar também que o fator geográfico teve bastante influencia na expansão, visto que os assentamentos produtores estão localizados próximos a capital do estado (MEDEIROS et al, 2013).

Esta proximidade reduz custos de transportes com os grandes centros consumidores bem como facilita a comunicação entre as famílias produtoras. Além disso, viabiliza uma maior articulação política e comercial com instituições de diferentes escalas governamentais pela facilidade das lideranças em participar de reuniões para se informar, negociar, participar de eventos onde divulgam e comercializam o produto (MEDEIROS et al, 2013, p. 13).

Assim, é importante chamar a atenção para que a produção ecológica tem um papel transformador na vida desses agricultores, os quais deixam de ser meros

consumidores de pacotes tecnológicos disponíveis no mercado e se tornam responsáveis por gerar suas próprias formas de produzir e transformam sua relação com o meio ambiente.

Ao transformar suas relações com o meio ambiente, através de atitudes e ações diferenciadas esses sujeitos transformam o espaço que ocupam. Essa relação transformadora do espaço faz parte da territorialização, quando sujeitos e/ou grupos passam a imprimir suas marcas no território e assim é possível perceber a sua territorialidade.

Souza (2008) explica que a territorialidade é aquilo que faz de um território um território, as relações de poder espacialmente delimitadas sobre um substrato referencial, portanto, o território se define a partir de espaço e poder. O desejo de ter o seu próprio território, de se territorializar, poder ser tido como o impulso para processo transformador, conforme podemos ver nas respostas dadas por alguns sujeitos entrevistados, ao serem questionados sobre as motivações que as levaram até a conquista da terra no assentamento.

- Família grande com pouca terra (*Assentado, 54 anos, Assentamento Santa Rita II – Nova Santa Rita/RS*).

- Desanimado com a pouca terra que tinha e também por causa da seca (*Assentado, 39 anos, Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS*).

- O pai não tinha condições de comprar mais terra e eu não tinha dinheiro (*Assentado, 55 anos, Assentamento Filhos de Sepé/RS*).

- Trabalhava com os pais na agricultura. A propriedade era pequena e tinha oito irmãos (*Assentado 46 anos, Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul/RS*).

- A situação de vida e o sonho de conquistar um pedaço de chão (*Assentado 50 anos, Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul/RS*).

- Família grande e com pouca terra, trabalhava em empresa calçadista, foi demitido e decidiu voltar ao campo (*Assentado 46 anos, Assentamento Jânio Guedes – São Jerônimo/RS*).

- Filho de pequenos agricultores, foi acampar em 1986 porque a família era grande e tinha pouca terra (*Assentado 50 anos, Assentamento Trinta de Maio – Charqueadas/RS*).

Assim, podemos perceber que foi a necessidade e o desejo de uma vida melhor deram o primeiro impulso ao processo territorializante desses sujeitos. A conquista do território através do assentamento das famílias faz com que estas passem a ter muito mais que uma nova casa, elas passam também a ter poder de decisão em relação a este espaço. Nesse sentido, Haesbaert (2004, p. 97) explica que territorializar-se:

[...] significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo 'poder' sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de 'dominação' e 'apropriação' ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2004, p. 97).

O autor ainda chama a atenção para que o território “enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Esse *continuum* referenciado por Haesbaert é percebido claramente na territorialização dos sujeitos pesquisados, na medida em que se vê o caráter concreto e funcional do território dado pelo viés econômico, onde o assentado torna-se capaz de produzir o que melhor lhe convém, sendo ele sujeito ativo e com poder de decisão sobre o seu território e também é percebido o caráter subjetivo simbólico, no qual o território assume o papel de lar, do lugar do sujeito no mundo.

Nesse sentido, Corrêa (1996), explica que o termo território possui o significado de pertencimento não necessariamente como propriedade, mas sim pelo caráter de apropriação. Na concepção do autor, a desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado ou vivido em razão de processos capazes de desfazer um território e a reterritorialização conseqüentemente representa a criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial de um antigo território, seja por meio da recriação em outros lugares de um novo território, porém que contenha características do antigo território.

A reprodução de antigos hábitos em um novo território é característica comum no processo territorializante. Além de hábitos e costumes expressos na fala, comportamento e alimentação dos agricultores assentados, essa característica também é percebida nas formas de produção. Mesmo a agricultura orgânica

representando algo novo quando se trata da produção do arroz ecológico, conseguimos identificar nas respostas de sujeitos entrevistados que a prática da produção orgânica em alguns casos é característica trazida de antigos territórios. Quando questionados sobre experiências anteriores de trabalho com agricultura orgânica, obtemos respostas como:

- Desde pequeno sempre trabalhei com insumos próprios (*Assentado 46 anos, Assentamento Jânio Guedes – São Jerônimo/RS*).

- Sempre trabalhei com adubo orgânico (*Assentado 68 anos, Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul/RS*).

- Nunca trabalhei com veneno (*Assentado 55 anos, Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS*).

- Sempre produzi mudas orgânicas (*Assentado 50 anos, Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul/RS*).

- Trabalhei com orgânico desde a agricultura de subsistência praticada pelos pais agricultores (*Assentado 50 anos, Assentamento Trinta de Maio – Charqueadas/RS*).

Assim, nos remetemos a Saquet (2009), que coloca que aspectos e elementos dos antigos territórios tentam ser reproduzidos no novo lugar em construção “território é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas no seu *interior* (do território)” (SAQUET, 2009, p. 212).

As marcas impressas no território da cadeia produtiva do arroz ecológico, construídas no decorrer dos anos, adquiriram uma importância tão significativa que imprimiram identidade ao local e ao grupo de produtores. A importância que a experiência vem assumindo a cada dia transcende o território do arroz ecológico na RMPA, servindo de exemplo e inspiração para a formação de novos grupos em outras áreas do estado do Rio Grande do Sul, como no caso de agricultores assentados na região da Campanha Gaúcha.

Agroecologia e agricultura ecológica: a produção do arroz na RMPA nos rumos da sustentabilidade

Conforme exposto na seção anterior, a experiência da produção do arroz ecológico na RMPA vem gerando transformações sócio territoriais significativas. Essas transformações fazem parte de um processo rumo a sustentabilidade. Nesse sentido, buscaremos analisar essa experiência com base nas dimensões que orientam a promoção da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável, apresentadas por Caporal e Costabeber (2002). Contudo, antes dessa análise, é necessário que se tenha claro o entendimento das diferenças entre agroecologia e agricultura ecológica, para que se possa ter a noção do processo em andamento na RMPA.

A agroecologia apresenta-se como um conceito de grande relevância em nossa pesquisa, visto que, sua concepção não se resume a produção de alimentos sem agrotóxicos, pois a implantação da agricultura de base ecológica implica em uma série de transformações, sobretudo nas relações sociais de produção, uma vez que exige uma participação ativa do agricultor e uma radical mudança na relação deste com o ambiente. Importante destacar que agroecologia e agricultura orgânica não podem ser entendidas como sinônimos, já que o primeiro conceito está associado a um enfoque interdisciplinar, e a segunda a uma prática agrícola, onde os princípios e pressupostos teóricos da agroecologia podem ou não estar presentes (CASTELO BRANCO FILHO e MEDEIROS, 2013).

Nesse contexto, Caporal e Costabeber (2002) colocam que cada vez mais ha referencia a agroecologia como estilos de agricultura menos agressivas ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores. No entanto, isso demonstra certa confusão de entendimento do termo Agroecologia, o qual refere-se a “ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.71).

Segundo Altieri (2004, p.18):

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais.

Assim, a agroecologia não pode ser tida como um tipo de agricultura, um sistema de produção ou uma tecnologia agrícola, mas com o resultado da aplicação de seus princípios, “podemos alcançar estilos de agricultura de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior” (CAPORAL; COSTABEBER, 2012).

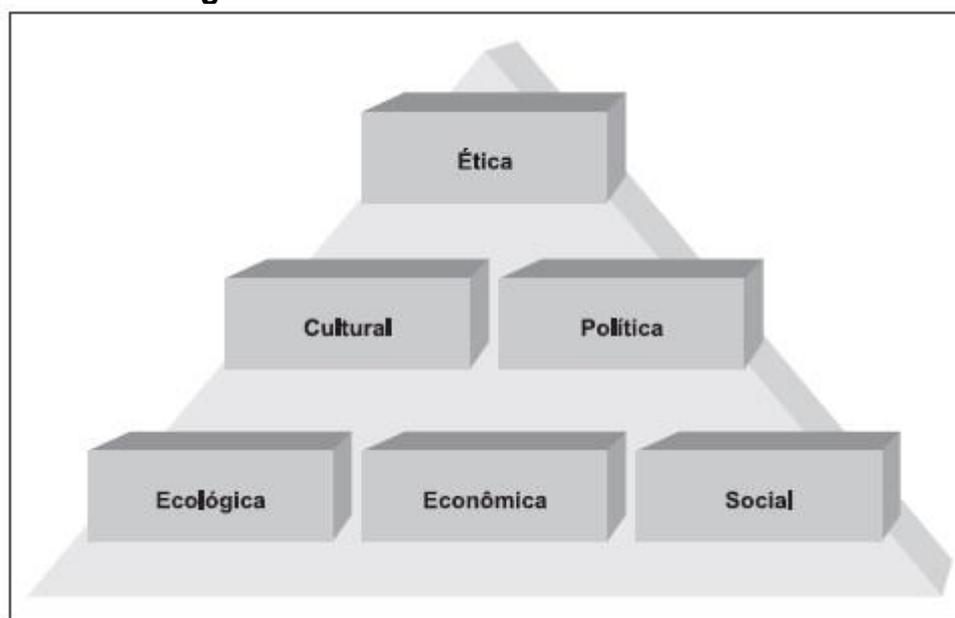
Nesse contexto, a agricultura de base ecológica é um estilo de agricultura que segue princípios e conceitos da agroecologia. Contudo, Caporal e Costabeber (2012), chamam a atenção para que não podemos entender a agricultura ecológica apenas como aquela que simplesmente não utiliza agrotóxicos ou insumos químicos, pois esta poderia corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida, cujos produtores não tem ou não tiveram acesso aos insumos modernos por impossibilidade econômica, por falta de informação ou por ausência de políticas públicas adequadas para esse fim. Os autores ressaltam ainda a necessidade de se prestar atenção quando a justificativa dessa orientação na produção está centrada apenas na estratégia de conquistar mercados cativos ou nichos de mercados, cujos consumidores possuem certo grau de informação sobre os riscos do consumo de produtos produzidos por uma agricultura convencional, pois estes, não necessariamente asseguram a sustentabilidade dos sistemas agrícolas através do tempo.

Em síntese, é preciso ter clareza que a agricultura ecológica e a agricultura orgânica, entre outras denominações existentes, conceitual e empiricamente, são o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados, normalmente estabelecidos de acordo e em função de regulamentos e regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos e a liberdade para o uso de outros (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 75).

Contudo, para que se busque a sustentabilidade, e haja transformações socioterritoriais mais positivas, é necessário que os envolvidos possuam

oportunidades mais equitativas. Portanto, para analisar a situação dos produtores de arroz ecológico quanto ao seu processo rumo a sustentabilidade tomamos como base as seis dimensões da sustentabilidade (Figura 1).

Figura 1 – Dimensões da sustentabilidade



Fonte: Caporal; Costabeber (2002).

No que tange a dimensão ecológica que leva em conta elementos que visam a manutenção e recuperação dos recursos naturais (preservação e/ou melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo, da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos e dos recursos naturais em geral), podemos perceber que os produtores da cadeia produtiva do arroz ecológico estão buscando o caminho da sustentabilidade. Sabe-se que trata de um processo longo, que envolve mudanças de valores e atitudes, que no caso estudado tem como primeira expressão a produção sem uso de agrotóxicos. Essa atitude trouxe consigo diversas outras mudanças para o meio ambiente que são percebidas por alguns produtores entrevistados:

- O orgânico preserva o ambiente. A diversidade de animais e plantas é maior do que na lavoura convencional (*Assentado 50 anos, Assentamento Trinta de Maio – Charqueadas/RS*).

- A criação de peixes na reserva do arroz após a colheita é uma característica da qualidade da água, que melhorou no assentamento (*Assentado 46 anos, Assentamento Jânio Guedes – São Jerônimo/RS*).

- A diversidade de espécies é maior na área de arroz orgânico (*Assentado 50 anos, Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul/RS*).

- Dá para ver que as condições voltaram a ser naturais e o verde esta mais presente (*Assentado 68 anos, Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul/RS*).

- Tem mais diversidade de plantas e animais (*Assentado 38 anos, Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS*).

- A pastagem para o gado, cabras e cavalos melhorou muito, peixes aumentaram também (*Assentado 54 anos, Assentamento Filhos de Sepé– Viamão/RS*).

De acordo com Caporal e Costabeber (2002), ao lado da dimensão ecológica, a dimensão social representa um dos pilares básicos da sustentabilidade, visto que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais só passam a ter relevância quando usufruído pelos diversos segmentos do sociedade. Essa dimensão também inclui a busca de melhores níveis de qualidade de vida através da produção e consumo de alimentos com qualidade biológica superior. Assim, a dimensão social da produção do arroz ecológico claramente converge aos princípios da sustentabilidade, visto que o objetivo maior é uma produção com maior qualidade, livre de agrotóxicos, que congrega grupos de produtores em prol dessa produção, resultando na melhoria da qualidade de vida e o trabalho em grupo.

- A vida melhorou muito e o estresse diminuiu, a escola do assentamento é boa (*Assentado 54 anos, Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS*).

- As mudanças na saúde das pessoas foram sentidas após a opção pelos orgânicos (*Assentado 54 anos, Assentamento Santa Rita II – Nova Santa Rita/RS*).

- Melhorou a saúde minha e de quem consome o nosso alimento (*Assentado 55 anos, Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS*).

- O desenvolvimento do comércio e a saúde das famílias que o produzem (*Assentado 50 anos, Assentamento Trinta de Maio – Charqueadas/RS*).

As respostas dos sujeitos nos demonstram a conexão que existe entre as dimensões ecológica e social, da mesma forma que percebemos na resposta do assentado do assentamento Trinta de Maio a estreita relação destas com a dimensão econômica. Assim, nessa dimensão é importante que se preste a atenção também na produção de subsistência e no abastecimento de mercados regionais.

- O produtor orgânico produz quase tudo o que consome (*Assentado 46 anos, Assentamento Jânio Guedes – São Jerônimo/RS*).

- A produção tem impacto mais abrangente, não só local (*Assentado 46 anos, Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul/RS*).

Assim, percebemos através das entrevistas realizadas nos assentamentos que essas três dimensões básicas da sustentabilidade (ecológica, social e econômica) estão interligadas quando pensamos na produção do arroz ecológico na RMPA.

- Auxilia na manutenção dos filhos dos agricultores no campo, diminui a dependência deles do sistema convencional e dá um bom retorno financeiro aos agricultores (*Assentado 23 anos, Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul/RS*).

- Nos últimos anos o retorno de saúde e financeiro foi satisfatório (*Assentado 46 anos, Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul/RS*).

- Tranquilidade no trabalho sem agrotóxicos e certeza no oferecimento do produto (*Assentado 54 anos, Assentamento Santa Rita II – Nova Santa Rita/RS*).

No que se refere a dimensão cultural, Caporal e Costabeber (2002) explicam que é necessário que as intervenções sejam respeitadas com a cultura local. “Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.78). Assim, percebe-se que muitos desses saberes e conhecimentos foram resgatados de experiências anteriores, no caso pesquisado trazidas de antigos territórios, as quais somadas a novas questões e necessidades se moldam ao contexto da realidade atual.

- Passou a ser uma opção de vida e não apenas um modo de produção (*Assentado 46 anos, Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul/RS*).

A dimensão política tem a ver com os processos participativos que se desenvolvem na produção agrícola, ou seja, se refere “aos métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da auto-estima e o pleno exercício da cidadania” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.79). Portanto, essa dimensão diz respeito a capacidade de organização dos grupos em prol da sustentabilidade, o que no caso pesquisado representou uma característica de importância fundamental,

visto que foi através da organização em grupo que deu impulso e tornou viável a produção e comercialização do arroz ecológico na RMPA.

- Várias famílias adotaram o mesmo sistema de produção e uma unidade de produção e comercialização no assentamento foi instalada (*Assentado 54 anos, Assentamento Santa Rita II – Nova Santa Rita/RS*).

- Sempre quis produzir coletivo e orgânico dentro do assentamento. Melhorou minha participação e o próprio conhecimento. [...] Participação no grupo de gestão e certificação facilitou o conhecimento da cadeia produtiva do arroz (*Assentado 38 anos, Assentamento Filhos de Sepé– Viamão/RS*).

Contudo, a dimensão ética, que se encontra no topo da pirâmide apresentada, representa o comprometimento com a sustentabilidade, a qual inclui responsabilidades individuais e coletivas, ou seja, “quando se aborda o tema da sustentabilidade, a dimensão ética se apresenta numa elevada hierarquia, uma vez que de sua consideração podemos afetar os objetivos e resultados esperados nas dimensões de primeiro e segundo nível” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.80).

Considerações finais

Analisar as transformações sócio territoriais em assentamentos produtores de arroz ecológico na RMPA é analisar o andamento de um projeto que visa a sustentabilidade. Portanto, a perspectiva de análise aqui exposta nos parece bastante pertinente para compreender o processo de transição agroecológica neste local, uma vez que sua expansão se sustenta em uma série de inovações tecnológicas em que tanto o conhecimento científico quanto tradicional são resignificados, em que as particularidades de cada ambiente ganham relevância na tomada de decisões e os resultados aparecem em múltiplas dimensões ecológica, social, econômica, cultural, política e ética.

Dentre os processos sociais em curso no meio rural da RMPA, a adoção do sistema produtivo ecológico para as lavouras de arroz vem se traduzindo, desde a sua instauração, num processo de conversão produtiva que tem permitido a viabilização de um novo projeto de vida no meio social rural. Trata-se de uma experiência inovadora, isso porque ao participarem da cadeia produtiva as famílias agricultoras rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais, engendrando

significativas transformações territoriais e ambientais nos assentamentos. Esta cadeia também se configura em um relevante objeto de pesquisa por estar demonstrando a viabilidade de uma produção agroecológica em larga escala, através da união de grupos produtores, desmistificando a noção sedimentada no senso comum que agricultura ecológica é uma atividade que só é viável em pequenas áreas.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade**: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – v. 3 n. 3, Porto Alegre, jul/set de 2002.

CASTELO BRANCO FILHO, Cícero; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **A agricultura orgânica como estratégia para uma nova ruralidade**: o caso da experiência do arroz orgânico na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Anais do VII Encontro de Grupos de Pesquisa. Rio Claro, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton *et. Al.* (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 251-256.

HAESBAERT, Rogério (Rogério Haesbaert da Costa). **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2014. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf>.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; et al. **Cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamento da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS** – Análise territorial e ambiental. Relatório de atividades de pesquisa. Porto Alegre: NEAG, 2013.

MENEGON, Leandro, FAGUNDES, Leandro, RIBEIRO, Orestes e CADORE, Edson. **Produção de arroz agroecológico em assentamentos de reforma agrária no entorno de Porto Alegre** – Revista Brasileira de Agroecologia, Nov/2009, v. 4, n. 2.

SAQUET, Marcos Aurelio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Recebido em Junho de 2015.

Publicado em Setembro de 2015.